

5

ESEG investigação

Revista Científica da Escola Superior de Educação da Guarda

n.º5 | 1.º semestre | 2008

*Edição especial 20 anos
Volume II*

ESEG INVESTIGAÇÃO

**Revista Científica
da
Escola Superior de Educação da Guarda**

N.º 5 | 1º Semestre | 2008

Título: ESEG Investigação

Revista Científica da Escola Superior de Educação da Guarda

Edição Especial, Volume II

Coordenação Editorial: Joaquim Manuel Fernandes Brigas

Coordenador Científico: Júlio Pinheiro

Comissão Científica: Professores Coordenadores e Doutores da ESEG

Edição: Escola Superior de Educação da Guarda

Capa: Humberto Pinto

Coordenação Gráfica: Maria de Fátima Bartolomeu da Cruz Gonçalves

Colaboração: Jandira Medina

Tipografia: Marques & Pereira (Guarda)

Depósito Legal: 220917/04

ISSN: 1646-1193

Tiragem: 2000 exemplares

1ª Edição: 1º Semestre | 2008

Escola Superior de Educação da Guarda

Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 50 • 6300-559 Guarda • Telefone: 271 220 135 • Fax: 271 222 325 • www.eseg.pg.pt

Os artigos são da responsabilidade dos respectivos autores e são apresentados exactamente como foram entregues na redacção.

Reservados todos os direitos. Esta publicação, não pode ser reproduzida ou transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outros, sem autorização do Editor.

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Concentração dos media em Portugal: o caso da imprensa <i>Paulo Faustino</i> | 7 |
| Processo de gestão da mudança organizacional <i>Diogo Chouzal do Nascimento</i> | 53 |
| ¿Aumento de las sanciones o de las probabilidades de aplicación de ley? <i>Arlindo Donário</i> | 67 |
| R4DX - Rapid Development of Web Applications in XML <i>José Paulo Leal & Jorge Brax Gonçalves</i> | 103 |
| Mousinho de Albuquerque e o aprisionamento do Gungunhana em Chaimite <i>José Luís Lima Garcia</i> | 117 |
| A obra do Padre Pedro Aloy (1882). Sua importância na Pedagogia e na História de Educação Física <i>Nuno Serra</i> | 133 |
| Os Salmos na música do Padre Bernardo Terreiro <i>Pinharanda Gomes</i> | 149 |
| Do Musical - Produtos da agitação criativa em Portugal a partir de meados do século XX <i>Helena & Rosário Santana</i> | 159 |
| Sexualidade Infantil e Educação Sexual Pré-Escolar <i>Filomena Velho</i> | 201 |

Mousinho de Albuquerque e o aprisionamento do Gungunhana em Chaimite

*José Luís Lima Garcia**

1. Gungunhana: o herdeiro do império de Gaza

Quando os súbditos da corte de Gungunhana entoavam durante as festas do *Inkwayo*¹ cânticos proféticos sobre a invencibilidade do seu chefe, não imaginariam que uma década depois o mesmo seria aprisionado e humilhado pelas forças portuguesas, comandadas pelo major Mousinho de Albuquerque em Chaimite, lugar onde o líder dos angunes se refugiara para escapar à ofensiva da ocupação militar do sul de Moçambique, decretada uns meses antes em 3 de Abril de 1895, pelo Comissário Régio António Enes, no seguimento das teses aprovadas em Berlim entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885². A partir desse momento acabara-se a veleidade de se ser detentor de soberania sobre os territórios coloniais apenas com a argumentação de que o direito histórico de descoberta permitiria essa forma de exercer uma dominação, unicamente porque se tinha chegado primeiro a uma determinada região do Mundo.

Pelo contrário, a reunião de Berlim invocava que a soberania só poderia ser verdadeiramente exercida se a metrópole colonizadora procedesse a uma efectiva ocupação e exploração dos territórios que detinha como sua propriedade. E Portugal, depois da perda da “jóia” da coroa americana em 1822, tinha, a partir da segunda metade do século XIX, novos “Brasis” a descobrir em África,

* Professor-Coordenador do Departamento de Ciências Sociais e da Natureza

1 - Maria da Conceição Vilhena, “Na vida de um Régulo” in *Gungunhana no seu Reino*, Lisboa, Edições Colibri, 1996, pp.145-164, especialmente p.160.

2 - Henri Brunschwig, “A Conferência de Berlim” in *A Partilha da África*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, sem data, pp.39-47.

nomeadamente nas possessões de maior tamanho e recursos, como era o caso de Angola e de Moçambique³. E nesta última colónia, tirando a presença no litoral do Índico, a ocupação para o interior ainda não tinha sido realizada. E a comprovar essa constatação estava o facto de, a algumas dezenas de quilómetros da cidade que viria a ser a capital de Moçambique, a partir de 1898, se localizar o império de Gaza, considerado o segundo maior império de África no século XIX, que se estendia entre os rios Incomáti, a sul, ao rio Zambeze, a norte, e do Oceano Índico, a leste, ao rio Save, a oeste. Este enorme território de 56.000 km² controlado por uma dinastia, a Jamine⁴, de angunes ou vátuas, um dos ramos dos zulos, provenientes da África Austral, corresponderia hoje a mais de metade do território de Moçambique, a uma parte do Zimbábue e da União Sul-Africana, envolvendo múltiplas etnias (bitongas, chopes, cossas, landins, tsongas), numa população que variava entre os 500 mil e os 2.000.000 de habitantes⁵.

E a formação da dinastia de Jamine começara quando nos primórdios do século XIX (década de 20), na África Austral, alguns chefes militares resolveram entrar em choque com o lendário e sanguinolento líder zulo Tchaka e decidiram partir em direcção ao litoral, tendo nessa migração se incorporado Sochangana, mais tarde conhecido por Manicusse, avô de Gungunhana, que se fixara na região entre os rios Limpopo e Save, actual território de Moçambique, onde subjugou perto de 200 régulos e afrontou também interesses locais de ingleses e portugueses. Segundo A. Rita-Ferreira, esta migração instalara-se durante alguns anos nas margens do rio Limpopo, região onde primeiramente enfrentara, em 1828, o exército de Tchaka e na qual em 1834 foi atacado pelas tropas portuguesas de Inhambane, capitaneadas pelo governador Costa Soares, numa operação que visava libertar as rotas do comércio de marfim entre o interior

3 - Valentim Alexandre, "O Liberalismo Português e as colónias de África (1820-1839): A independência do Brasil e as colónias de África" in *Velho Brasil Novas Africas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000, pp.121-140

4 - Maria da Conceição Vilhena, "A Dinastia Jamine" in *Gungunhana no seu...*, pp.27-49.

5 - *Idem*, Maria da Conceição Vilhena, "Nos Primórdios do Reino", *Ibidem*, pp.17-25, especialmente p. 19.

da África Austral e o Oceano Índico⁶. Detentor de um vasto território, impõe-se este antepassado do Gungunhana numa zona que passou a ter por capital Chaimite. Ao mesmo tempo, reduziu todas as populações circundantes ao seu domínio que culminaria, para não serem mortos ou incomodados, no pagamento de diversos tributos que passavam pela entrega de dinheiro, homens, gado, marfim, peles e utensílios agrícolas⁷. Embora Portugal já estivesse nesta zona há muito tempo, o relacionamento com os súbditos de Manicusse não foi fácil, pois o seu domínio militar e administrativo na zona era periclitante, pelo que todo o sul de Moçambique sofrera com as incursões dos angunes que culminariam em mortes, roubos, destruições exercidas sobre as populações dos regulados de Inhambane (Inguana, Maunze, Nhacoongo, Savanguana e Zonguza)⁸. Para discutir e suavizar as pretensões de Manicusse, o Governo português em 1840 enviou uma embaixada à corte deste chefe tribal e cujo responsável era o alferes Caetano dos Santos Pinto, que negociou vários aspectos de interesse comum, nomeadamente, o ataque às terras controladas por Portugal no eixo que ia de Inhambane a Lourenço Marques.

Com a morte de Manicusse, em 1858, na região do Bilene, a sucessão ao trono levou a uma guerra entre alguns dos filhos. Assim, durante cinco anos Mawewe e Muzila disputaram a sucessão, numa guerra fratricida onde acabaram por envolver também os *boërs* do Transval e os portugueses do sul de Moçambique. Numa passagem pelas terras de Muzila, em 1860, o caçador de elefantes Diocleciano Fernandes das Neves visita este régulo que lhe pede encarecidamente ajuda para destronar o irmão Mawewe e assim retomar a governação da dinastia Jamine. Esta solicitação diplomática é referida por este caçador português, que a propósito afirmava: “Não tenho intimidade bastante com o governador de Lourenço

6 - A. Rita-Ferreira, “As Grandes Invasões Angunes. O Império de Gaza: Sochangana-Manicusse e o Império de Gaza” in *Fixação Portuguesa e História Pré-Colonial de Moçambique*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982, pp.185-187.

7 - Maria da Conceição Vilhena, “Nos Primórdios do Reino”, *Ibidem, Gungunhana no seu...*, p.28.

8 - *Idem, Ibidem*, pp.28-29.

Marques, tenente-coronel Onofre Lourenço de Andrade, para lhe propor uma combinação de tão grande importância como aquela que acabais de expor-me. Seria todavia bem acolhida, não só pelo governador e pelo Maxaquene, como por todos os brancos de Lourenço Marques, porque os insultos e roubos que têm sofrido dos de Maweve são enormes”⁹. O pedido de Muzila é satisfeito pelas autoridades portuguesas que forneceram ao régulo angune 2.000 espingardas, 50 mil cartuchos e 1.200 pedreiras, material bélico que foi decisivo para que a guerra terminasse a favor do pai de Gungunhana, numa batalha travada no final do ano de 1861, que deixou no terreno entre dezoito a vinte mil mortos¹⁰.

Terminada a guerra pela sucessão de Manicusse, Muzila tornava-se a primeira figura do império de Gaza, passando a residir e a governar numa nova terra, a norte da antiga capital de Chaimite, em Mossurize. Embora visitado por algumas embaixadas portuguesas, como a do capitão Paiva de Andrade, em 1882, Muzila por vezes esquecia-se da vassalagem que havia prestado ao rei de Portugal D. Luís, virando-se para outros interlocutores no terreno, como era o caso dos ingleses do Natal, com quem estabelecera relações de boa vizinhança. Entretanto, Muzila morreria provavelmente em Agosto de 1884, ficando novamente a sucessão em suspenso. Segundo Maria da Conceição Vilhena, os angunes não divulgavam imediatamente a morte dos seus responsáveis, pois recebiam “...guerras fratricidas entre os possíveis sucessores”, e guardavam segredo até ao momento em que conseguiam ter resolvido o problema da sucessão, sem contendas, nem derramamento de sangue¹¹. E mais uma vez, tal como na sucessão de Manicusse, a morte de Muzila levaria à disputa entre os seus principais filhos, Mafemane, o primogénito, Mudungazi e Como-Como.

9 - Diocleciano Fernandes das Neves e Ilídio Rocha, *Das Terras do Império Vátua às Praças da República Bóer*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, “Livro Primeiro: Itinerário de uma viagem à caça dos elefantes: viagem ao Chinguine – o Muzila”, pp.78-81, especialmente p.81.

10 - Maria da Conceição Vilhena, “A Dinastia Iaminc” in *Gungunhana no seu...*, p.38.

11 - *Idem, Ibidem*, p.41.

Mas, ao contrário das demoradas lutas pela ascensão de Muzila ao poder, agora a unidade do império de Gaza manter-se-ia graças ao espírito astuto de Mudungazi, o filho da preferida Yosio, que mandou matar Mafemane, enquanto que o outro rival se afastava para a vizinha região do Transval. A subida de Mudungazi ao poder como último rei de Gaza, com o cognome de Gungunhana, o “terrível” ou o “invencível”, viria de novo a confrontar os angunes com as autoridades lusas, resultando dessa disputa os episódios que culminariam no seu aprisionamento e exílio até à morte nos Açores, em 1906. Também, dessa contenda entre o líder dos angunes e o responsável das tropas portuguesas, resultaria na mitificação e na heroicização de duas figuras lendárias da historiografia do colonizador e do colonizado, factos que iremos analisar no capítulo a seguir.

2 . Mousinho de Albuquerque e o aprisionamento em Chaimite do “Rei” dos Angunes

O novo monarca depois de investido em cerimónias onde participaram os principais régulos e chefes gentílicos da região de Gaza, iniciaria um reinado de onze anos (1884-1895), durante o qual iria governar os angunes com poder absoluto, que passaria por uma política de rapina, lançamento discricionário de impostos, espionagem e nepotismo. Na administração do território procurou criar delegações nas diversas regiões, onde uma rede de funcionários às ordens do soberano (*inkosi, bossanas e indunas*) exercia uma política de governação que, segundo A. Rita – Ferreira, ia desde a resolução de litígios, até à cobrança de impostos, distribuição de terras e construção de povoações. Com as tribos vizinhas o relacionamento era por vezes inamistoso. Com as autoridades portuguesas procurara ainda manter algum contacto, a ponto de, logo nos primeiros dias da sua governação, ter mandado uma embaixada a Chiloane a comunicar a sua entronização. Esta mensagem foi bem interpretada pelas autoridades de

Moçambique, tendo o governador-geral, Agostinho Coelho, decidido mandar uma embaixada à corte de Gaza chefiada por José Casaleiro de Alegria Rodrigues. Este mandatário português que já anteriormente havia mantido bons contactos com Muzila, conseguira convencer Gungunhana a enviar uma representação de conselheiros seus a Lisboa, para assinar um acto de vassalagem com os delegados do ministério da Marinha e Ultramar. Mas porque os mandatários do régulo de Gaza não eram da etnia de Gungunhana, uma outra embaixada seguiu novamente para a Europa, a fim de ratificar um tratado assente em dezassete pontos, dos quais referiremos alguns deles considerados os mais importantes. Assim, através deste documento diplomático, Gungunhana comprometia-se, perante as autoridades portuguesas, a aceitar a abertura de escolas e missões junto de regiões sob sua influência, bem como se responsabilizava a aceitar a vinda de um representante luso para residir permanentemente na sua Corte. Aceitava ainda hastear a bandeira portuguesa junto do seu acampamento e a não declarar guerra aos régulos de outras etnias, sem prévio consentimento de Portugal. Para corroborar e cimentar estes compromissos, o governo de Lisboa decidira ainda conceder ao régulo de Gaza o título de coronel de 2.^a linha, bem como o de capitão aos dois emissários que haviam participado e ajudado a elaborar este tratado de vassalagem¹².

Mas, o pressuposto de Gungunhana ficar dependente da autorização portuguesa para poder atacar os seus vizinhos tribais, fizera com que este acordo luso-vátua ficasse no papel, pois o régulo de Gaza nunca o tivera em conta, quando resolvia atacar, incendiar e extorquir bens e homens destes seus rivais gentílicos. Também, o contexto internacional do início do seu reinado era propício a que Gungunhana não ficasse refém apenas de uma das potências colonizadoras na zona dos seus domínios, tendo, ainda, quando as circunstâncias o exigiam, negociado com os elementos da *British South Africa Company*, representantes na região dos interesses ingleses na África Austral. Era preciso

12 - *Idem, Ibidem*, p.48.

não esquecer que a ascensão ao poder do “leão” de Gaza se fazia meses antes das principais metrópoles colonizadoras assinarem, em Fevereiro de 1885, na Conferência de Berlim, o documento decisivo sobre a nova forma de ocupação, colonização e partilha das principais possessões africanas e asiáticas mundiais. E nesta redistribuição de territórios e áreas de influência regional, qual tratado de Tordesilhas contemporâneo, a Grã-Bretanha e a Alemanha procuravam, como potências mundiais emergentes, consolidar o seu império africano, à custa da partilha de Moçambique, por áreas que estivessem de acordo com os seus interesses na zona: a Alemanha, com territórios a norte do paralelo do rio Zambeze; a Grã-Bretanha com parcelas a sul deste rio, nomeadamente com toda a área sudoeste que confinava estrategicamente com a zona mineira do Transval, região do *binterland* da África Austral que necessitava com urgência de escoar os seus produtos pelo porto de Lourenço Marques.

Deste modo, os interesses ingleses não se situavam só na área da soberania angue, no sul de Moçambique, estendiam-se ainda a outras zonas onde estavam implantadas as companhias monopolistas, nomeadamente no centro (Manica e Sofala e Zambézia) e no norte, na região do lago Niassa. Daí que as autoridades portuguesas pretendessem levar à letra o espírito de Berlim e procurassem, nesta segunda metade do século XIX, recuperar o tempo perdido nos séculos anteriores, em que o direito histórico de descoberta se sobrepunha ao de ocupação efectiva. Para comprovar estes factos, bastaria para tanto consultar os relatórios de algumas das principais autoridades colonialistas deste período (transição do século XIX para o XX), nomeadamente do insuspeito herói das campanhas de pacificação em Moçambique, Mousinho de Albuquerque, para concluirmos da incúria e do desinteresse que o governo português devotava às suas colónias, nomeadamente à possessão africana do Índico: “O que, entretanto, se evidencia, é a impossibilidade de nos mantermos na posse dos melhores pontos da costa oriental de África, desempenhando somente o papel de guardas de Alfândega, constituindo-nos um obstáculo à exploração daqueles territórios, opondo-nos ao

progresso e desenvolvimento mercantil e industrial dos países que nos cercam. Teria isso como consequência fatal expropriarem-nos, com indemnização ou sem ela, por utilidade pública internacional”¹³.

Assim, de acordo com as palavras de Mousinho de Albuquerque, Portugal não poderia desempenhar mais o papel de “guarda alfandegário” impedindo que outros países mais qualificados financeiramente pudessem desenvolver o interior de Moçambique, território onde se situavam os domínios do regulado angune. E como Gungunhana percebeu essa rivalidade entre as diversas metrópoles europeias com interesse nesta zona da África Austral, jogou diplomaticamente com esses interesses, ora aliando-se a Portugal para reforçar o domínio sobre os outros regulados rivais e ainda para se proteger das ambições dos ingleses na região, ora entendendo-se com a Grã-Bretanha, para afastar e desacreditar as cláusulas a que se submetera em 1885 e 1887, aquando das assinaturas dos acordos de amizade e vassalagem com Portugal. Entretanto, os homens de Cecil Rhodes, da *British South Africa Company*, insinuavam-se cada vez mais junto da Corte angune para, a troco da oferta de armas e dinheiro, conseguirem mais favores na concessão de terrenos para a exploração mineira e para a livre circulação para o litoral Índico. A juntar a esta persuasão interesseira, a pressão que os portugueses a norte, nas terras do Luabo, faziam ao soberano angune para ter o controle das minas de Manica, a ponto de Gungunhana ter sido obrigado a mudar a capital do seu reino de Mossurize, para Manjacaze. Ao mesmo tempo que Portugal pressionava localmente o régulo de Gaza, era pressionado internacionalmente pela rival aliada das ilhas britânicas, a ponto de ter sofrido um humilhante ultimato que a diplomacia de Sua Majestade fizera a Lisboa e que obrigara Portugal a retirar, a partir de 11 de Janeiro de 1890, as tropas comandadas pelo major Serpa Pinto, da região do Chire (actual Malawi) e dos Macololos e da Machona (actual

13 - Mousinho de Albuquerque, “A Administração anterior a 1896 e os países vizinhos” in *Moçambique – 1896-98*, Lisboa, Manoel Gomes, Editor, 1899, pp.49-79, especialmente p.74.

Zimbabwe)¹⁴. Estes acontecimentos projectariam, um ano depois, em Junho de 1891, um acordo sobre a delimitação de Moçambique, entre Portugal e a Grã-Bretanha, acordo esse que iria integrar nesta possessão os territórios dos angunes, não permitindo mais que Gungunhana se socorresse da ajuda inglesa e da ambiguidade diplomática, para não obedecer aos deveres que tinha para com a soberania portuguesa¹⁵.

Em 1894, por questões de abuso na cobrança de impostos por parte das autoridades coloniais de Moçambique, alguns regulados tsongas (Mahazul e Matibejana) revoltaram-se e cercaram durante dois meses a cidade de Lourenço Marques. Esta revolta de chefes gentílicos outrora dóceis às autoridades lusas despoletou o alarme no Terreiro do Paço, em Lisboa. Para evitar mais danos na imagem da soberania portuguesa no Índico, as autoridades metropolitanas nomearam o antigo ministro da Marinha e do Ultramar António Enes, para Comissário Régio de Moçambique. Ao mesmo tempo mandaram para esta colónia um conjunto de oficiais encarregues da formação de um exército que pudesse fazer frente a estas autoridades tradicionais, que agora se colocavam debaixo da influência do grande régulo de Gaza. E, num primeiro momento, constituiu-se um exército de 791 soldados, enquadrados por um grupo de 37 oficiais, comandados pelo major Caldas Xavier, que logo foi obrigado a enfrentar, no início de Fevereiro de 1895, os tsongas insurrectos que acabariam por ser vencidos em Marracuene pela estratégia militar usada e ainda pela superioridade de fogo revelada pelos canhões e metralhadoras lusas, face às armas rudimentares manipuladas pelos indígenas¹⁶. A fuga de dois dos régulos tsongas (Mahazul e

14 - António José Telo, "A Expropriação e os Ultimatos: O vergonhoso ultimatum" in *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa - 1875-1900*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, pp.97-115, especialmente pp.103-110.

15 - Maria da Conceição Vilhena, "Concordâncias e desajustes: colisão de interesses entre Portugal e Inglaterra" in *Gungunhana - Grandeza e Decadência de um Império Africano*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp.81-101, especialmente p.92.

16 - René Pelissier, "Enes e os seus centuriões: a cavalaria de além-mar" in *História de Moçambique: formação e oposição-1854-1918*, Lisboa, Editorial Estampa, Imprensa Universitária, N.º 62, Volume II, pp.271-272.

Matibejana), após esta incursão das tropas lusas, para o território de Gaza e a recusa de Gungunhana em entregar estes chefes às autoridades portuguesas, levou a um “braço de ferro” com estas. Perante um ultimato que o Comissário Régio de Moçambique lançara ao “rei” dos angunes, este reuniu com os seus principais conselheiros para decidir da atitude a tomar, face a esta ordem lançada pelos portugueses. Gungunhana acederia à pretensão de entregar os régulos tsongas, apenas na condição de Portugal retirar os seus contingentes militares dos territórios sob sua jurisdição. O comissário Enes, entretanto, dera ordens ao coronel Eduardo Galhardo para reagrupar os esquadrões no terreno, prevendo-se que a coluna do norte deveria dirigir-se ao reduto onde estavam os régulos rebeldes, enquanto a coluna do sul ficaria com a incumbência de se dirigir para os territórios anteriormente governados por estes mesmos régulos e, agora reclamados por Portugal, que eram respectivamente Magul e a Macanda¹⁷. Começava assim a desmoronar-se o reino de Gaza e a vislumbrar-se a queda do último representante da dinastia de Jamine.

Em 8 de Setembro de 1895, uma força comandada pelos capitães Freire de Andrade e Paiva Couceiro que se dirigia a Manjacaze foi atacada em Magul, por 13 esquadrões de cerca de 6.000 indígenas. Perante a desproporção das forças, dado que da parte portuguesa apenas estavam no terreno 275 homens, mais 33 soldados angolanos e 100 carregadores, o confronto desenrolou-se com a disposição das forças lusas em quadrado e apoiadas por um manancial bélico de peças automáticas e de artilharia, que deixaram cerca de 400 indígenas mortos¹⁸. Esta derrota mexera psicologicamente com o “leão” de Gaza que, em desespero de causa, iria enviar mais emissários às repúblicas inglesas de Durban e Cabo pedindo ajuda para a contra-ofensiva com os portugueses. Mas o plano de ocupar Gaza era irreversível por parte do comissário Enes, pelo que após

17 - René Pelissier, “As Colunas Ameaçadoras”, *Ibidem*, pp.286-289, especialmente p. 288.

18 - René Pelissier, *Idem, Ibidem*.

Magul, em Novembro de 1895, as tropas lusas voltaram a encontrar-se com os regimentos de Gungunhana em Coolela, num confronto novamente desfavorável aos vátuas/angunes, em que o número de mortos poderia chegar aos 1.500¹⁹. Perante esta derrota, o líder dos angunes fugiu para Chaimite, local sagrado onde estava enterrado o fundador do império de Gaza, Manicusse, avô paterno de Gungunhana e líder de um dos ramos dos zulos, que no início do século XIX se dirigira para os territórios do sul de Moçambique. Entretanto, o coronel Galhardo entrava sem resistência em Manjacaze, sede do reino de Gungunhana. O aprisionamento deste herdeiro de Manicusse estava apenas por dias, face à desmoralização das suas tropas e à traição de familiares e chefes tribais que anteriormente o apoiaram. Restava apenas capturar o lendário “leão” de Gaza, para como despojo de guerra ser apresentado aos colonos de Moçambique e às autoridades metropolitanas. Com este “troféu”, Lisboa tinha motivos mais do que suficientes para mostrar aos concorrentes da partilha de África, que Portugal estava a cumprir com o acordado em Berlim, no ano de 1885.

Para o rematar destas primeiras campanhas de ocupação e pacificação dos indígenas do sul de Moçambique, o comissário Enes nomearia o major Mousinho de Albuquerque que partia ao encontro de Gungunhana, em Chaimite, já como responsável do novo distrito militar de Gaza, entretanto criado. A propósito deste acto temerário da prisão de Gungunhana, no Natal de 1895, René Pelissier, investigador francês que estudou a história de Moçambique, na transição do século XIX para o XX, afirmava o seguinte: “Vamos agora assistir à cena do final do drama. Nenhum feito de armas da história colonial recente entusiasmou tanto os portugueses como a irrupção de Mousinho de Albuquerque, à frente de 45 soldados portugueses, dois oficiais e um médico no *Kraal* de Chaimite onde se refugiara o Gungunhana... Para os militares portugueses, que preferiam avançar

19 - René Pelissier, “O combate de Coolela (7 de Novembro de 1895), *Ibidem*, pp.296-298, especialmente p. 297.

em fortes colunas, o lance de dados de Mousinho de Albuquerque foi o cúmulo da louca bravura, e como ele era único nos anais moçambicanos, e até luso-africanos, os jornalistas, o vulgo dos táticos das pastelarias de Lisboa, e atrás deste, todo o Portugal iam vibrar a um ritmo de epopeia”²⁰.

O acto heróico de Albuquerque, consumado no dia 28 de Dezembro de 1895, com a prisão de Gungunhana, não tivera apenas a versão do próprio militar de Chaimite que, depois, iria ser apropriada pela historiografia do Estado Novo, quando o dia “28 de Dezembro” passou a ser o “dia de Mousinho” e quando a Agência Geral das Colónias entendeu fazer um número especial em Fevereiro de 1936, como mais um contributo para a bibliografia mousínea²¹. Segundo Maria da Conceição Vilhena, para além da versão de Mousinho de Albuquerque, havia a versão de Soares de Andrea, oficial da Armada e comandante da lancha-canhoneira *Capelo* que participou também nas operações de pacificação e aprisionamento do régulo angune e que, a esse respeito, escreveu um relatório intitulado “A Marinha de Guerra na Campanha de Lourenço Marques e contra o Gungunhana, 1894-1895”, que foi publicado nos *Anais do Clube Militar Naval – 1897-1898* e que contrariava algumas informações descritas pelo major Mousinho de Albuquerque, no seu Relatório²². Insurgia-se ainda este oficial da forma bárbara como a força do major Mousinho capturou o Gungunhana e mandou fuzilar, na hora, dois conselheiros, que ele considerava como os instigadores da rebelião do régulo de Gaza, contra os portugueses. A este propósito, o comandante Andrea afirmava: “Gungunhana convencionou entregar-se ao comando do meu navio, pedindo apenas para não cortar a cabeça e garantia de vida para os seus filhos e tios. Esse compromisso sagrado em campanha foi para mim tomado solenemente, e

20 - René Pélissier, “Chaimite: A captura do Rei: Gungunhana o fugitivo”, *Ibidem*, pp. 300-305, especialmente p.301.

21 - *Uide* “Número especial dedicado ao dia de Mousinho” in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, Fevereiro de 1936, N.º128, p.260.

22 - Maria da Conceição Vilhena, “Prisão de Gungunhana – versão de A. Soares Andrea” in *Gungunhana – Grandeza e Decadência de um ...*, pp.141-165, especialmente pp.148-157.

cobardemente atraído depois em Chaimite, sendo deslealmente fuzilados os tios Quêto e Manhune que acompanhavam o régulo entregando-se”²³.

Embora tenha sido aprisionado o Gungunhana, a resistência indígena ainda mantivera alguns régulos no terreno hostis à soberania portuguesa e que foram sendo controlados ou eliminados em anos posteriores à incursão lusa a Chaimite. Assim, o régulo Mahazuli foi aprisionado em Janeiro de 1896, Finish, em Fevereiro do mesmo ano, e Magiguana, da etnia Khosa, foi morto em Julho de 1897. Muitos dos familiares e apaniguados do “leão” de Gaza fugiram para o Transval, onde à distância continuaram a incitar as autoridades gentílicas, entre o sul do Save e Limpopo, a resistir ao domínio de Portugal naquela região da África Austral. Em relação a Gungunhana, o seu papel de chefe militar dos angunes/vátuas acabava ingloriamente em Chaimite. Trazido para Lourenço Marques, mais o séquito que o iria acompanhar (sete mulheres, o filho primogénito Godide, o régulo Matibejana, das terras de Zixaxa, com as três mulheres, Molungo, o tio, e o cozinheiro Gó), foi, entretanto, embarcado no navio *África* para a metrópole portuguesa, no dia 13 de Janeiro de 1896²⁴. Recebidos triunfalmente em Lisboa, dois meses depois, como “troféus” de guerra, os prisioneiros foram encaminhados para o forte de Monsanto, tendo aí permanecido em reclusão até 23 de Junho de 1896, altura em que foram transferidos para Angra do Heroísmo, nos Açores, onde chegariam a 28 do mesmo mês. A ida para o forte de São João Baptista, da ilha Terceira, destes prisioneiros moçambicanos, ficaria a dever-se à iniciativa do açoriano Jacinto Cândido da Silva, então ministro da Marinha e Ultramar, que com este acto pretendia evitar a romaria a Monsanto de populares, sedentos de uma curiosidade mórbida para com tão insignes reféns das campanhas militares de pacificação do sul de Moçambique. Ainda a situação de poligamia dos régulos feria a susceptibilidade e os sentimentos da moral da elite metropolitana,

23 - Maria da Conceição Vilhena, *Idem, Ibidem*, p.156.

24 - Maria da Conceição Vilhena, “Retrato dos Quatro Prisioneiros” in *Gungunhana – Grandeza e Decadência de um ...*, pp.183-198.

especialmente das senhoras católicas que amiúde visitavam os prisioneiros e se escandalizavam com este costume africano²⁵. Nesta ilha do Atlântico ficariam Gungunhana, Godide, Matibejana e Molungo, apenas os quatro reféns do inicial séquito das quinze pessoas, tendo o régulo de Gaza vivido mais onze anos de um exílio em que do inicial homem animista, analfabeto e irascível, o transformaram, segundo René Pelissier, num outro completamente diferente, “baptizado”, “alfabetizado” e “alcoólico”²⁶. Triste e só acabaria por vir a morrer em 23 de Dezembro de 1906, vítima de uma hemorragia cerebral, com uma idade próxima dos 57 anos, menos dez anos da idade que constava da certidão de óbito²⁷.

Com a morte deste último descendente da dinastia angune iniciada por Manicusse, nos primórdios do século XIX, no sul de Moçambique, desaparecia uma das personagens que contribuía para o descrédito de Portugal, como país colonizador, junto da opinião pública imperial que nos “considerava impotentes na conservação e defesa das nossas colónias”²⁸. Mas, os efeitos da prisão de Gungunhana, na possessão administrada por Portugal, no Oceano Índico, foram contabilizados de uma forma mais realista e transparente, pelo próprio oficial que dirigiu as operações militares em Chaimite, quando numa conferência proferida no Centro Comercial do Porto, em 19 de Janeiro de 1898, afirmava: “...O prestígio do nome português, levantado pelas vitórias precedentes, ficara assegurado com a aniquilação do principal elemento que o perturbava, e a pacificação da província permitia o desenvolvimento dos negócios até ali paralisados. Basta dizer que no dia imediato ao da chegada do Gungunhana preso foram registados no governo

25 - Maria da Conceição Vilhena, “Estadia em Lisboa: Os últimos tempos em Monsanto”, *Ibidem, Gungunhana – Grandeza e Decadência de um ...*, pp.225-242, especialmente p.239. Também, da mesma autora e obra, o capítulo “No Prosseguimento do Exílio”, pp.243-257, especialmente p.251.

26 - René Pelissier, “Os Vencidos no Exílio”, *Op. Cit.*, pp.307-309, especialmente p.308.

27 - Maria da Conceição Vilhena, “Fim do Exílio”, *Gungunhana – Grandeza e Decadência de um ...*, pp.279-298, especialmente pp.281-282.

28 - *Idé J. Sá e Melo*, “Quatro de Janeiro” transcrito por António Oliveira no artigo “A prisão do Gungunhana, o leão de Gaza”, publicado pelo jornal *A Guarda*, de 15 de Novembro de 2007, p.6.

de Lourenço Marques mais de 120 pedidos de licença para exercer o comércio no país de Gaza e outros para cimeiras de navegação a vapor de Lourenço Marques ao Limpopo”²⁹.

29 - Vide “Conferência de Mousinho de Albuquerque na noite de 19 de Janeiro de 1898, no Centro Comercial do Porto” in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, Fevereiro de 1936, N.º 128, pp.11-29, especialmente pp.25-26.

